

# A Guerra do Peloponeso e o Enfraquecimento do Sentimento Cívico entre os Gregos\*

---

Paulo Fernandes Louro

## Résumé:

*L'affaiblissement du sentiment civique parmi les grecs c'est un dédoublement de la guerre du Péloponnèse.*

Os textos escritos pelos gregos que viveram entre os séculos V a.C e IV a.C., ressaltam com frequência os valores que deviam nortear o comportamento do cidadão ideal.

A coragem, a obediência às leis, o sentimento de equilíbrio e bom senso, a consciência de ser livre e viver numa comunidade autônoma e o sentimento de coexistir numa cultura que se auto-conhecia como civilizada, enfim, tais valores constituíam, em grande parte a *paidéia* dos gregos.

Desta forma, havia um forte apelo ao cidadão no sentido de fazê-lo participar da vida pública de sua *pólis*. Mas, participar da vida pública não significava apenas frequentar as Assembléias ou ocupar um cargo na administração do Estado. Antes de mais nada, o cidadão devia estar à disposição de sua comunidade, doar-se, entrega-se a ela, fosse ajudando a administrá-la, fosse contribuindo com seus próprios recursos para mantê-la ou fosse lutando por ela no campo de batalha.

Segundo o relato de Aristóteles na "Constituição de Atenas", este rigor nas relações do cidadão com o Estado já era sentido no tempo de Sólon, em que o cidadão seria intimado a tomar uma posição quando ocorresse dissensão interna, a favor de um dos lados em conflito, sob o risco de perder sua cidadania<sup>1</sup>.

---

\* Comunicação apresentada no III Congresso Nacional de Estudos Clássicos, em outubro de 1995, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A atividade política do cidadão era sensível sobretudo entre aqueles que dispunham de recursos e de tempo para dedicar-se à coisa pública. Mas Tucídides relata veemente discurso de Péricles, o qual reprova como inútil o cidadão que se mantém afastado dos negócios do Estado<sup>2</sup>.

Participar da vida pública significava também despendar gastos financeiros com a *pólis*, organizando manifestações ligadas aos cultos religiosos, patrocinando festivais de teatro ou enviando embarcações para a guerra. Estes gastos, no dizer de Aristóteles, conferiam honra ao cidadão<sup>3</sup>. Por outro lado, os gastos na vida privada não eram bem vistos: os textos antigos referem-se ao equilíbrio, à moderação e à simplicidade em todos os aspectos da vida. A ostentação de riqueza era vista como um demérito, embora a riqueza em si mesma fosse bem vinda. Aristóteles preconiza que o homem virtuoso gastará com folga na vida privada apenas por ocasião das “bodas ou coisas afins” e na acolhida dos hóspedes<sup>4</sup>.

Atuar na política ou despendar recursos com a *pólis* ainda não completavam a atitude ideal do cidadão. Era preciso, também, ir à guerra, integrar-se no exército cívico, manter-se à disposição da defesa da *pólis* ou lançar-se ao campo de batalha, imbuído de coragem e habilidade com as armas lado a lado com os demais companheiros, resistindo até a morte se preciso. Heródoto relata que o único espartano sobrevivente da violenta batalha no desfiladeiro das Termópilas — Aristôdamos —, era mal visto em sua *pólis*<sup>5</sup>.

Poder-se-ia indagar se o cidadão, uma vez consciente do seu papel como agente ativo na administração pública, nas celebrações cívico-religiosas e na guerra, era levado a desempenhar tantas atividades sem nada perceber do erário do Estado.

No caso de Atenas, o período que seguiu à Batalha de Salamina, estendendo-se mesmo até a época de Péricles, assiste a uma tendência crescente de remunerar as funções públicas. Aristóteles refere-se ao sustendo de mais de vinte mil homens naquele período, entre os quais jurados, arqueiros, cavaleiros, hoplitas, membro do Conselho, guardas dos arsenais, guardas da cidade, oficiais em tarefas locais e no exterior<sup>6</sup>.

Não se tratava, com efeito, de um salário efetivo e substancial, mas sim de um pagamento a título de subvenção. Com o Golpe Oligárquico de 411 a. C., o regime dos Quatrocentos decretou a suspensão de tais despesas, sendo que todos os cargos seriam exercidos sem remuneração enquanto durasse a guerra contra os peloponésios, com exceção dos arcontes e dos prítanes. A cidadania ficou reduzida a cinco mil homens os quais por disporem de posses, estariam capacitados a servirem a cidade<sup>7</sup>. Mas aqui estamos no contexto da Guerra do Peloponeso, após o fracasso da expedição ateniense à Sicília e num momento de dificuldades financeiras.

No momento em que Aristóteles escreveu a “Constituição de Atenas”, portanto depois da Guerra do Peloponeso, as subvenções eram pagas aos cidadãos pela prestação de serviços ao Estado. Desta forma, como menciona Aristóteles, jurados, membros do Conselho, arcontes e oficiais militares recebem subvenções, assim como os participantes das Assembléias<sup>8</sup>. Neste caso, parece que a guerra do Peloponeso não alterou o costume de subvencionar os cidadãos que exerciam funções públicas. No entanto, a novidade trazida com os desdobramentos com a guerra foi a subvenção paga aos participantes das Assembléias, que ganhavam um óbolo nas reuniões ordinárias, de acordo com Aristóteles.

A guerra, enfim, começava a modificar as relações entre o cidadão e a sua comunidade. Numa passagem da “História da Guerra do Peloponeso”, Tucídides nos oferece uma impressionante análise da natureza humana, na qual os valores morais são postos em xeque por ocasião da guerra: “Assim proliferam na Hélade todas as formas de perversidade em consequência de revoluções, e a simplicidade, que é a característica mais condizente com a natureza nobre, provocava sorrisos de escárnio e desapareceu, enquanto florescia por toda a parte a hipocrisia combinada com a desconfiança. Já não havia palavras fidedignas, nem juramentos capazes de inspirar respeito bastante para reconciliar os homens”<sup>9</sup>.

Em Atenas, a partir do início da guerra, até mesmo a organização espacial da cidade foi alterada, pois os habitantes dos campos transferiram-se para o interior do perímetro fortificado pelas muralhas. A dificuldade em arranjar alojamento na casa de parentes ou amigos fez com que a maioria se instalasse em áreas não habitadas, inclusive terrenos dos templos. Muitos ocuparam os torreões das muralhas, mas a verdade é que a ásty (núcleo urbano) não dispunha de espaço para todos e por esta razão improvisaram-se tendas, cujo calor era sufocante<sup>10</sup>. Esta ocupação desordenada, feita sob emergência e em péssimas condições higiênicas, com toda certeza contribuiu para o advento e a propagação da peste que viria a dizimar cerca de um terço da população ateniense, entre 430 a. C. e 426 a. C.<sup>11</sup>

A Guerra do Peloponeso havia sido travada entre confederações de *póleis* que combatiam ou a favor de Atenas ou a favor de Esparta, num jogo de interesses que poderia muitas vezes alterar as alianças de acordo com as facções políticas internas existentes em cada *pólis* consorciada. Vinte e sete anos de guerra provocaram um saldo de enormes perdas: com cidades destruídas, campos arrasados, milhares de pessoas desenraizadas de seus lugares de origem, retração da atividade comercial, o que se pode observar é uma Hélade enfraquecida.

Em Atenas, apesar de a democracia ter sido restaurada após o Golpe Oligárquico de 404 a. C., a economia já estava em crise: a agricultura foi

atingida com a devastação dos campos pelos lacedemônios, a atividade comercial diminuiu consideravelmente, a exploração das minas do Láurion ficou quase paralisada e a produção artesanal foi em grande parte prejudicada. Também a extinção do império privara Atenas dos tributos que cobrava sobre as *póleis* "súditas". No entanto, a organização social foi mantida, isto é, cidadãos, metecos e escravos continuaram a dispor de um estatuto jurídico preciso e os cidadãos mantiveram-se enquadrados nas quatro categorias censitárias formuladas na época de Sólon: pentacosiomédias, cavaleiros, zêugitas e tetas. Todavia, uma nova categoria de homens ricos surgia fora das tradicionais famílias que extraíam sua riqueza da atividade marítimo-fundiária e controlavam o poder político no século V a. C.<sup>12</sup>. Ao mesmo tempo, havia contingentes de miseráveis, tanto no campo como na cidade, já retratadas principalmente por Aristófanes<sup>13</sup>.

Entre o fim da Guerra do Peloponeso e a batalha de Queroneia, em 338 a.C., a Hélade ingressou numa "nova ordem" projetada pela crise. Seguir-se-á um longo período ainda de hostilidades em que o espectro político grego será marcado pela articulação de confederações entre *póleis*, das quais a Liga Espartana, a Liga Béocia e a Liga Ateniense são exemplos.

Mas a crise expressou-se também sobre as mentalidades, provocando uma espécie de desarticulação do espírito cívico que impulsionava o cidadão no sentido da participação política. O desinteresse pelos assuntos públicos será crescente e na época de Demóstenes os subornos são registrados amfide: "Definham-se as cidades, enquanto magistrados e administradores recebiam dádivas e eram largamente subornados"<sup>14</sup>.

Esta nova realidade do século IV a.C. marcava também a desarticulação dos exércitos cívicos. O cidadão retirava-se paulatinamente da cena política e dos assuntos de interesse da comunidade, voltando-se para os seus próprios. Ao mesmo tempo, os enormes contingentes desenraizados de suas terras integravam-se nos exércitos como mercenários. Em relação ao desenvolvimento do mercenarismo, Claude Mossé nos oferece o seguinte comentário: "Com efeito, parece que, cada vez mais repugna aos cidadãos abandonar suas ocupações para cumprir seu tempo de serviço militar. O fenômeno não é peculiar a Atenas, uma vez que, em toda a parte, os exércitos cívicos tendem a ser substituídos por exércitos de mercenários. E isso é muito natural, pois a miséria, oriunda da Guerra do Peloponeso, atirou, no mercado de trabalho, massas de homens prontos a se alugarem ao que oferecesse mais"<sup>15</sup>.

A situação econômica de Atenas no século IV a. C. somente ganharia uma nova dinâmica com as reformas de Calístrato. Basicamente estas reformas visaram aprimorar a cobrança da *eisphora*, isto é, imposto de guerra que recaía sobre os cidadãos, doravante de maneira proporcional à sua

fortuna e a estimular a produtividade das minas do Láurion, através de uma revisão das concessões. Mas é verdade também que Atenas, ao restabelecer uma nova liga sob sua hegemonia (378 a.C./ 377 a.C.), passara a exigir contribuições de guerra com tanta frequência que estas se configuraram como autênticos tributos, reproduzindo a situação existente no extinto "império ateniense" que se formara para combater os persas<sup>16</sup>.

A reorganização das finanças públicas não deve ocultar o quadro de crise econômica que tomou conta de Atenas desde o fim da Guerra do Peloponeso, estendendo-se pelo século IV a.C.. Por toda a parte na Hélade, as interferências do Estado sobre o espaço público foram retraídas, atingindo a criação arquitetônica e as obras realizadas em benefício da coletividade. Hatzfeld assinala que "... de 410 a.C. a 375 a.C. não se construiu na Grécia um único edifício comparável aos grandes templos do século anterior (século V a.C.)". Acrescenta que os Propileus e até mesmo o Erecteion, em Atenas, não foram terminados<sup>17</sup>.

Se considerarmos os desdobramentos desta conjuntura sobre a concepção do espaço doméstico, encontraremos nos textos de época uma tendência que parece modificar o antigo gosto pela simplicidade, expresso nos discursos de Péricles, na vida privada, em direção ao gosto pelo luxo que se manifesta nos discursos de Demóstenes cerca de 80 anos depois. Desta forma, o desinteresse do cidadão pelos assuntos públicos, as ameaças sobre a comunidade cívica autônoma provocadas pela ação de Filipe em meados do século IV a. C., a concentração da riqueza em poucas mãos e o mergulho do indivíduos para seus interesses particulares, podem estar na base das transformações da arquitetura doméstica grega, cuja suntuosidade será crescente no século IV a. C. e afirmada na época helenística<sup>18</sup>.

Concluindo, avaliamos que os valores cívicos expressos nos textos anteriores à Guerra do Peloponeso estão presentes também nos textos posteriores, como no caso dos escritos de Platão e Aristóteles. Na "República", por exemplo, Platão teoriza sobre as bases do Estado ideal, considerando uma rígida submissão do cidadão diante dos interesses deste Estado. Mas, no dia-a-dia, o desinteresse pelos negócios públicos, a repulsão em participar do exército cívico a tendência ao individualismo e o gosto crescente pelo luxo na vida privada, expressam novos valores entre os gregos.

Diríamos, portanto, que o enfraquecimento do espírito cívico, do sentimento de autonomia e a construção de uma nova maneira de sentir a vida para o próprio indivíduo, não devem ser associadas automaticamente à integração da Grécia ao chamado "Império de Alexandre". É verdade que o contato mais estreito com povos e culturas orientais contribuiu para modificar as concepções ideológicas dos gregos, mas parece evidente que a Guerra do Peloponeso, com toda a sua carga de dificuldade, incertezas e horro-

res, fermentadas ao longo de vinte e sete anos — ainda que intermitentes —, foi um processo marcante para a desagregação do sentimento cívico entre os gregos.

### Notas

<sup>1</sup> ARISTÓTELES. Constituição de Atenas, VIII, 5.

<sup>2</sup> TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso, II, 40.

<sup>3</sup> ARISTÓTELES. Ética e Nicômaco, IV, 2, 11.

<sup>4</sup> IBID, IV, 2, 15.

<sup>5</sup> HERÓDOTO, História, IX, 71. Sobre Aristôdamo pesava a suspeita de fuga.

<sup>6</sup> ARISTÓTELES. Constituição de Atenas, XXIV, 3.

<sup>7</sup> IBID, XXIX, 5. Aristóteles acrescenta que os arcontes e os prítanes receberiam cada um três óbulos por dia.

<sup>8</sup> IBID, LXII, 2. Em Atenas havia muitos cargos públicos relacionados por Aristóteles, como tesoureiros de Atenas, reparadores de templos, poletai (que controlavam os arrendamentos), astinomoi, entre outros ; mas Aristóteles não faz referências se ganhavam subvenções (é coerente supor que sim).

<sup>9</sup> TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso, III, 83.

<sup>10</sup> IBID, II, 17 e 52.

<sup>11</sup> FINLEY, M. Os Gregos Antigos, p. 118/119.

<sup>12</sup> MOSSÉ, C. As Instituições Gregas, p. 44.

<sup>13</sup> Ver, por exemplo, em Lisístrata o Semicoro de Mulheres: "... os pobres, pois, que o desejem, venham a mim com seus sacos e seus alforjes para colher o pão " (ARISTÓFANES, Lisístrata, 1208 a 1210).

<sup>14</sup> DEMÓSTENES, XVIII, 45. É a chamada "Oração da Coroa". Este orador viveu entre 384 a.C. e 322 a.C.

<sup>15</sup> MOSSÉ, C. Atenas: A História de uma Democracia, p. 90.

<sup>16</sup> IBID, p. 88/89.

<sup>17</sup> HATZFELD, Jean. História da Grécia Antiga, p. 228.

<sup>18</sup> Ver especialmente o discurso atribuído a Péricles por Tucídides. In: História da Guerra do Peloponeso, II, 40, em contraste com Demóstenes, III, 26 (o chamado "Olintíaco Terceiro"). Sobre a concentração de riqueza fundiária e mobiliária, ver MOSSÉ, C. In: La Fin de la Démocratie Athenienne, p. 146.

## Bibliografia

### 1- Textos Antigos:

ARISTÓFANES. *Lisistrata*. Traduction, introduction, notices et notes par Marc-Jean Alfonsi. Paris. Flammarion, 1996.

ARISTOTELES. *Política*. Edición bilingüe y traducción por Julian Marias y Maria Araujo. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1951.

\_\_\_\_\_. *Éthique de Nicomaque*. Traduction par Jean Voilquim. Paris: Flammarion 1965.

\_\_\_\_\_. *A Constituição de Atenas*. Tradução e comentários de Francisco Murari Pires. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

DEMÓSTENES. "Otintáco Tercero (III)". In *Discursos Políticos I*. Introducción, traducción y notas de A. López Eire. Madrid: Editorial Gredos, 1980.

\_\_\_\_\_. "Sobre la Corona (XVIII)". In *Discursos Políticos I*. Introducción, traducción y notas de A. López Eire. Madrid: Editorial Gredos, 1980.

HERÓDOTO. *História*. Tradução, introdução e notas de Mário da Gama Kury. 2ª ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

PLATÓN. *República*. Traducción por Conrado Eggers Lan. Madrid: Editorial Gredos, 1988.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução, introdução e notas de Mário da Gama Kury. 3ª ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

### 2- Obras Gerais:

FINLEY, Moses. *Os Gregos Antigos*. Lisboa: 70, 1984.

HATZFELD, Jean. *História da Grécia Antiga*. Mira-Sintra: Ed. Europa-América, 1977.

MOSSÉ, Claude. *La Fin de la Démocratie Athenienne*. Paris: PUF, 1962.

\_\_\_\_\_. *Atenas: História de uma Democracia*. 2ª ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

\_\_\_\_\_. *As Instituições Gregas*. Lisboa: Edições 70, 1985.